

SUPEREXPLORAÇÃO E SAÚDE DO TRABALHADOR NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO: breves considerações

Ana Maria Moura Araújo

Introdução

Estruturado a partir da contradição entre capital e trabalho, o modo de produção capitalista induz e provoca situações degradantes nas condições de vida e saúde dos trabalhadores. A ininterrupta produção de (mais) valor, o constante aumento da exploração da força de trabalho e o imensurável crescimento da pauperização da classe trabalhadora e da desigualdade social, são elementos estruturais da ordem do capital. Portanto, embora o capitalismo tenha produzido grandes avanços para o progresso técnico e desenvolvimento social, a sua própria dinâmica de produção e acumulação produz a exaustão prematura e o aniquilamento da força de trabalho (MARX, 2013).

Marx, ao longo de toda sua exposição n’O Capital, traz elementos decisivos para entender sobre as condições de vida e saúde da classe trabalhadora no modo de produção capitalista. Entre outros momentos, Marx (2013, p. 337) verifica o quanto o capital, “em seu impulso, cego, desmedido, em sua voracidade por mais-trabalho, [...] usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção sadia do corpo”, demonstrando que o capital e a sanha da acumulação capitalista não têm a menor consideração e zelo pela saúde e duração do tempo de vida do trabalhador. Afinal, o que a conformação do modo de produção capitalista traz consigo – entre outros aspectos – é a fome e a miséria sendo elementos comuns do cotidiano dos trabalhadores, num cenário no qual a degradação da saúde e a conseqüente manifestação de doenças só podiam encontrar condições propícias para assumir as suas formas mais severas.

Engels também se preocupa com as condições de saúde dos trabalhadores ao investigar a situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Em sua pesquisa, o autor revela o quanto a sociedade capitalista coloca os trabalhadores numa situação tal que estes “não podem conservar sua saúde e nem viver muito tempo”, e que a sociedade capitalista, “pouco a pouco, debilita a vida desses operários, levando-os ao túmulo prematuramente”. Além disso, Engels (2010) denuncia as circunstâncias deploráveis das moradias dos trabalhadores ingleses, concluindo que “É evidente que uma classe que vive nas condições anteriormente descritas, desprovida dos meios para satisfazer as necessidades vitais mais elementares, não pode gozar de boa saúde nem chegar a uma idade avançada” (ENGELS, 2010, p. 136).

Tais questões, brevemente aqui expostas, levam-nos a concordar com o entendimento de que “a origem da questão da saúde dos trabalhadores está na sociedade capitalista, sendo, portanto, um fenômeno social exclusivo e típico da organização societária burguesa”. E está “profundamente enraizada na necessidade, vital para o sistema de acumulação de capital” (SOUZA, 2012, p. 141). Assim, entendemos que a deterioração da saúde dos trabalhadores é parte indispensável do processo de acumulação do capital. Pois, o trabalho explorado, determinado pelo modo de produção capitalista, resulta numa série de

consequências drásticas e dramáticas para as condições de vida e de saúde da classe trabalhadora. Na ordem do capital, o trabalho acarreta fadiga, doenças, acidentes, sofrimentos físicos e mentais, e, quando acentuados em seu máximo, à morte. Nos inúmeros ambientes de trabalho e produção, a saúde do trabalhador experimenta de todos os castigos impostos à força de trabalho – limitada não só à condição de mercadoria, mas de principal mercadoria do modo de produção capitalista –, pois é da apropriação do trabalho excedente, isto é, da extração de mais-valia, que as condições se tornam apropriadas para acumulação de capital.

É na esteira dessas reflexões e no intuito de contribuir para o estudo da particularidade da saúde dos trabalhadores na América Latina que surge a necessidade de construir este artigo. Aqui, partimos da premissa de que a forma como a América Latina se desenvolveu é resultado dos processos históricos de amadurecimento do capitalismo desenvolvido ocorridos no âmbito do sistema mundial. Para alcançarmos esse objetivo, utilizamos o arcabouço teórico das vertentes críticas das ciências sociais, dando especial atenção à Teoria Marxista da Dependência (TMD) e a categoria da superexploração da força de trabalho.

Como veremos, a superexploração se expressa no prolongamento da jornada de trabalho além dos seus limites normais, na intensificação do ritmo de trabalho além dos seus limites normais, e ainda, na redução do fundo de consumo do trabalhador para conversão em fundo de acumulação do capital – isto é, na remuneração abaixo do valor da força de trabalho. Esses processos significam maior desgaste da força de trabalho, ocasionando seu esgotamento prematuro. Aqui, entendemos a superexploração como a pedra angular que permite a mais lúcida compreensão das especificidades do capitalismo latino-americano, na medida em que ela dá conta das formas particulares em que se baseia a produção da mais-valia, em como a força de trabalho é superexplorada e as consequências que dela decorrem para a saúde do trabalhador latino-americano, objeto central deste artigo.

A Teoria Marxista da Dependência

Muitos foram os esforços realizados por intelectuais e cientistas sociais com o intuito de entender as particularidades da América Latina nas primeiras décadas do século XX, e especialmente entre as décadas de 1940 e 1960. As indagações sobre o atraso realçaram a condição subdesenvolvida da região e também ofereceram hipóteses para entender tal condição. Nesse período, os debates sobre o atraso incorporavam os debates sobre o subdesenvolvimento e as questões políticas e econômicas – estreitamente imbricadas – apareciam constantemente nas perguntas sobre o que seria necessário fazer para sair do atraso e do subdesenvolvimento, ou ainda, nos questionamentos em como acumular forças para transformar a realidade em que o subcontinente se encontrava. Assumir a América Latina como um problema teórico e político implicou num profundo questionamento nas formulações mais elaboradas das várias escolas e correntes que debatiam as questões do subdesenvolvimento (OSORIO, 2013).

Nesse período, o entendimento que se tinha era de que a conservação de uma economia agrária, feudal e latifundiária assegurou para a América Latina um contexto de instabilidade social e desequilíbrio econômico, de pobreza e más condições nutricionais e de saúde da população. Em contrapartida, o desenvolvimento externo que só se expandia

sustentou os países latino-americanos em uma condição de atraso industrial e tecnológico, o que viabilizou a subordinação da América Latina ao comércio exterior. No germe de uma economia exportadora e monocultora, os primeiros passos para o desenvolvimento latino-americano foram dados no século XIX, e teve como principal característica um desenvolvimento voltado “para fora”, ou seja, um desenvolvimento apoiado na exportação de produtos primários e na importação de produtos manufaturados (OSORIO, 2013).

A teoria do desenvolvimento que prevaleceu nos países latino-americanos enfatizou o movimento de uma sociedade atrasada que almejava encontrar o caminho para uma sociedade moderna, desenvolvida e capitalista. Essa ênfase considerava que as adversidades a serem resolvidas vinham do lado mais atrasado dessas economias, o que fez com que as análises focassem apenas nesse aspecto, considerados, à época, os principais obstáculos ao desenvolvimento. Segundo Theotonio dos Santos (2017), em razão desse entendimento foi elaborado um modelo de desenvolvimento para a América Latina que acreditava, essencialmente, que novos e melhores resultados econômicos, sociais, políticos e ideológicos viriam através da industrialização.

Entretanto, dos Santos (2017) esclarece que a trajetória da industrialização nos países latino-americanos não só não suprimiu parte – ou totalmente – dos obstáculos que foram conferidos às sociedades atrasadas, mas, em contrapartida, a industrialização produziu novas dificuldades e novas tensões, muito mais agudas, e que refletiram em uma crise geral na América Latina. Essa crise do modelo desenvolvimentista – e do projeto de desenvolvimento intrínseco a ele –, predominante nas ciências sociais dos países latino-americanos, colocou essa mesma ciência em crise, gerando profundos questionamentos sobre a própria noção de desenvolvimento e subdesenvolvimento abordada pelo modelo e o papel explicativo que esses conceitos carregavam.

É nesse contexto que se cria a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Comprometida em elucidar os problemas do desenvolvimento e do atraso latino-americano, a Comissão tinha como principal objetivo compreender e construir ferramentas técnicas que levassem à superação da condição subdesenvolvida dos países da região. A institucionalização da CEPAL teve como objetivo a realização de análises sistemáticas que possuíam em seu escopo a estrutura socioeconômica das nações latino-americanas e a produção de relatórios que fossem capazes de propor e sustentar políticas de ação pelos governos dos Estados. As análises cepalinas foram um verdadeiro divisor de águas nas ciências sociais latino-americanas, principalmente quando se considera a complexidade da realidade da região, e os desafios que, por isso, são encontrados na conceituação e entendimento dos problemas da América Latina. Assim, o avanço que pôde ser dado sobre as formações econômico-sociais e seus desenvolvimentos atingiu outro patamar com os estudos e contribuições teóricas da CEPAL¹.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que houve a incorporação dos elementos históricos próprios da região, os trabalhos da CEPAL foram consideravelmente

¹ A teoria elaborada nos relatórios cepalinos ganha maior robustez com os trabalhos redigidos por Raúl Prebisch. O economista argentino introduziu no pensamento econômico latino-americano grande parte dos elementos que sustentaram o que se conformou, posteriormente, como a teoria do subdesenvolvimento. As principais características do pensamento cepalino foram demarcadas por Prebisch (1949), no que o autor conceituou ser 1) a concepção do sistema centro-periferia; 2) a difusão do progresso técnico; 3) a teoria da deterioração dos termos de troca; e 4) a análise da industrialização periférica.

inconsistentes para que outras hipóteses fossem incorporadas sem que se modificasse o núcleo conceitual básico tangente à caracterização do sistema centro-periferia e o desenvolvimento periférico. Assim, as sucessivas qualificações das principais hipóteses cepalinas acabaram enfraquecendo a teoria. As primeiras modificações podem ser verificadas no início da década de 1960, quando ocorreu um verdadeiro comprometimento para determinar o que seria necessário para que a diversificação industrial pudesse ser realizada, isto é, capaz de ultrapassar a condição periférica (COLISTITTE, 2001).

Assim, no início dos anos 1960, quando o processo de industrialização latino-americano percorria um caminho significativo e os resultados esperados não foram alcançados, mas, ao contrário, surgiram novos problemas – como, por exemplo, a rápida constituição de grupos monopolistas, fruto da associação de capitais locais com estrangeiros e a incapacidade da indústria local de criar empregos –, a CEPAL percebe a necessidade de pensar a realidade latino-americana em outros termos. Esse entendimento possibilitou que dentro da própria CEPAL se iniciasse um processo de revisão das suas teses originais, o que levou a uma ruptura dentro da estrutura cepalina. Como consequência, a ausência de efetividade das instruções cepalinas colaborou, em meados da década de 1960, para um renascimento da crítica marxista aos modelos convencionais de desenvolvimento. O conceito de dependência nasce de tal crise como um possível fator explicativo para essa situação, no mínimo, paradoxal.

Nesse contexto, a questão das particularidades do capitalismo dependente se tornou um tema central para reflexão. Em um salto teórico relevante e articulando o que inicialmente parecia desarticulado, será apontado que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento constituem duas faces do mesmo e único processo: a implantação e expansão do capitalismo como sistema mundial. Nesta implantação, o desenvolvimento não é possível sem gerar subdesenvolvimento, sendo esse apenas o outro lado da moeda. Em linhas gerais, a Escola da Dependência apresentou interpretações sobre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento no âmbito do capitalismo internacional. Considerando os elementos centrais elaborados pela CEPAL, duas vertentes teóricas e políticas distintas difundem significativas reflexões no entorno do debate da dependência e do subdesenvolvimento latino-americano. Aqui, utilizaremos como arcabouço teórico os fundamentos que conformaram a Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Destarte, a Teoria Marxista da Dependência se preocupou em explicar por que os países latino-americanos não alcançaram e nem poderão alcançar os mesmos níveis de desenvolvimento que os países considerados desenvolvidos alcançaram dentro dos marcos do capitalismo. A TMD entende, ainda, que o desenvolvimento da América Latina é condicionado pelas relações comerciais internacionais, numa relação que já nasceu subordinada e dependente dos centros da economia mundial – situação que impele o desenvolvimento da América Latina a determinadas leis específicas, que o caracterizam como um desenvolvimento dependente.

Os principais pilares da TMD se encontram nas formulações teóricas de Theotonio dos Santos, inicialmente com seu livro *Imperialismo e Dependência* (1978), e Vania Bambirra, com *O capitalismo dependente latino-americano* (1970). Mas será com Ruy Mauro Marini que serão formuladas e consolidadas as bases da economia política da dependência, com seu texto *Dialética da Dependência* (1973). Em *Dialética da Dependência*, o marxismo latino-americano atinge seu ápice com a formulação das leis e tendências que produzem e movem o

capitalismo sui generis, denominado dependente. Para Marini [1973 (2011, p. 134-5)], a dependência é entendida como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

Segundo Marini [1973(2011)], a capacidade que a América Latina tem de abastecer o mercado mundial com alimentos e matérias-primas foi essencial para sua integração na economia capitalista internacional. Essa capacidade também contribuiu para o desenvolvimento de um mercado de matérias-primas industriais, que se tornou cada vez mais importante à medida que a industrialização crescia e se consolidava. Com a expansão da classe trabalhadora nos países desenvolvidos, aliada aos significativos ganhos de produtividade da grande indústria, houve um aumento na demanda por matérias-primas no processo produtivo.

É dessa forma que Marini [1973(2011)] explica como as nações latino-americanas contribuíram para outro processo dinâmico que tem lugar no núcleo do capitalismo avançado: o da transição e deslocamento do eixo da acumulação de capital do âmbito da produção da mais-valia absoluta para o da mais-valia relativa. Garantindo parte da oferta dos elementos do capital variável e do capital constante às economias centrais, a especialização das economias primário-exportadoras ajudou a baratear os custos de reposição do capital circulante, nele incluídos os custos de reprodução do valor da força de trabalho. Assim, atender a essas demandas significou a transição da exploração baseada na mais-valia absoluta para a mais-valia-relativa, uma vez que “a mais-valia relativa está ligada indissolúvelmente (...) à desvalorização dos bens-salário” (MARINI, 2011, p. 140).

Portanto, a acumulação de capital nos centros do capitalismo mundial passa a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que da exploração do trabalhador [MARINI, 1973(2011)]. Afinal, eleva-se o tempo de trabalho excedente a partir da diminuição do tempo de trabalho necessário. Assim, a expansão das economias latino-americanas acarretou, além de uma abundância na oferta mundial de alimentos e outros bens primários, no rebaixamento do valor da força de trabalho – assegurado pela consequente queda dos preços internacionais dos bens primários –, o que resulta na quase irremediável desigualdade das balanças comerciais que perdura até os dias hoje. Somado a isso, ao se manterem estáveis os preços dos produtos industriais, a depreciação dos bens primários refletiu também na deterioração dos termos de troca nas transações comerciais. Essa deterioração se tornou a expressão da realização de um intercâmbio desigual de mercadorias entre nações industriais e as nações periféricas.

Dada a divisão internacional do trabalho e a impossibilidade dos países subdesenvolvidos de concorrerem pela produção de bens similares aos dos países industrializados, seja devido ao desnível da aplicação do progresso técnico às forças produtivas e a maior produtividade do trabalho, seja pelo fato dos países industrializados deterem o monopólio sobre determinada produção, os capitalistas destes últimos poderiam manter indefinidamente seus preços de monopólio, ainda que o aumento substancial de produtividade, historicamente observado nesses países, permitisse o inverso. Em contrapartida, os países da periferia cediam, para os países do centro, uma considerável parte do valor que produziam [MARINI, 1973(2011)].

Nesse quadro, diferentes mecanismos permitiram uma crescente transferência de valor, expressa na forma como se fixava os preços de mercado e os custos de produção das

mercadorias. Ao incorporar a categoria da transferência de valor, Marini [1973(2011)] consegue demonstrar que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscaram tanto corrigir os desequilíbrios entre os preços e o valor das mercadorias exportadas, mas sim “compensar” essas perdas geradas através das transações econômicas no comércio internacional, por meio do que Marini denominou ser uma superexploração da força de trabalho. A superexploração da força de trabalho é elemento fulcral de sua tese sobre a dependência, e significa que a perda de mais-valia que ocorria nas transações comerciais no mercado internacional, ou na esfera da circulação, era, essencialmente, compensada através de uma remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor.

Assim, enquanto nos países centrais a acumulação de capital baseia-se na capacidade produtiva do trabalho, na América Latina, a acumulação acontece através da superexploração da força de trabalho. Para Marini [1973(2011)], é nesse aspecto que reside o caráter contraditório e dialético da dependência, afinal, a periferia latino-americana ajudava a garantir uma mudança qualitativa na vida dos trabalhadores europeus à custa de uma superexploração dos seus próprios trabalhadores. Além disso, para Marini [1973(2011)], tal dependência trazia em si um aspecto dinâmico, pois quanto mais se intensificaram as relações de produção e troca entre uma nação subordinada e outra dominante, ou, por mais que a nação subordinada tentasse, por meio da produção e da troca, abandonar essa condição, mais se aprofundava sua subordinação, haja vista as necessidades crescentes de ampliação da parcela de mais-valia a ser transferida para os países industrializados e os níveis de endividamento que esse processo encerrava.

Superexploração e saúde: a reprodução particular da força de trabalho nas economias dependentes

A relação entre exploração e saúde extrapola a esfera direta do processo de trabalho, alcançando a totalidade da vida social, plasmada na dinâmica complexa e contraditória de produção e reprodução do capital. Tal condição genérica se torna cada vez mais concreta quando se analisam casos particulares engendrados na dinâmica de expansão desigual e combinada do capital. No que toca à análise do capitalismo dependente, vimos que, ao concentrar suas análises no capitalismo latino-americano, Marini [1973(2011)] observou que a superexploração da força de trabalho constitui o padrão de reprodução do capital nos países da região. Vale destacar que a elaboração da categoria da superexploração lança luz sobre o modo como a produção e a circulação de capitais se configuram nas formações sociais latino-americanas, em contraposição às formas de funcionamento do modo de produção capitalista nas economias centrais. Marini [1973(2011)] entende que, enquanto a exploração é um mecanismo de criação de valor na sociedade capitalista baseada no trabalho assalariado, a superexploração da força de trabalho é entendida como uma forma de exploração em que não se respeita o valor da força de trabalho.

Assim, a superexploração, para além do uso excessivo dos mecanismos de exploração sustentados por Marx (2013) – prolongamento da jornada de trabalho e intensificação do ritmo do trabalho –, se caracteriza, ainda, no pagamento de um salário que não corresponde ao necessário para a reprodução adequada da vida do trabalhador. Cabe destacar que a superexploração não corresponde a taxas superiores de exploração, isto é, não se alcança um

grau específico de exploração para se configurar, então, uma superexploração. Em vez disso, a superexploração acontece quando, na exploração capitalista, há uma violação no valor da força de trabalho.

De acordo com Marini [1973(2011)], as formas de superexploração que a exploração capitalista pode assumir são, essencialmente, três:

- I - O prolongamento da jornada de trabalho;
- II - O aumento da intensidade de trabalho;
- III - A remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor.

No prolongamento da jornada de trabalho existem limites máximos que assinalam a duração possível de uma jornada de trabalho. Eles são impostos pelo fato de que o trabalhador necessita, a cada dia, de determinado número de horas para repor o desgaste de suas energias físicas e mentais. A isso se agregam os “limites morais que impedem o prolongamento da jornada de trabalho.” Pois, “o trabalhador precisa de tempo para satisfazer as necessidades intelectuais e sociais” (MARX, 2013, p. 306). Assim, ao requerer maior quantidade de bens necessários para repor o desgaste das horas extras, o prolongamento da jornada tem como consequência uma elevação do valor da força de trabalho. Porém, se o prolongamento da jornada de trabalho se estende ao ponto onde o maior desgaste físico e mental do trabalhador não pode ser repostos, nesses casos, o capital está se apropriando hoje de anos futuros de trabalho, o que não só viola o valor da força de trabalho, mas implica numa redução da vida útil do trabalhador e de sua expectativa de vida (OSORIO, 2012a).

Já no aumento da intensidade de trabalho, a incorporação dos avanços tecnológicos no processo produtivo possibilita, normalmente, um aumento na intensidade do trabalho, à medida que, sobre essas bases, o capital busca transformar todos os “tempos mortos” na produção em tempos de valorização, e faz isso acelerando os ritmos de produção, exigindo do trabalhador um dispêndio de energia extra, atribuindo tarefas cada vez maiores para um mesmo trabalhador etc. Portanto, assim como o prolongamento da jornada de trabalho, o aumento da intensidade de trabalho supõe maior quantidade de trabalho despendido, de maneira a ser acompanhado de incrementos da remuneração para compensar o maior desgaste físico e mental. Mas é preciso ressaltar que, quando as remunerações não acompanham o aumento da intensidade da jornada de trabalho, tornando-se insuficientes para compensar tal desgaste, constata-se, também, nesse momento, a superexploração da força de trabalho. Assim, a intensidade do ritmo de trabalho pode ser também um dos mecanismos empregados pelo capital para elevar a taxa de exploração em condições que violam o valor da força de trabalho, seja em seu valor diário, seja em seu valor total (OSORIO, 2012a).

No Brasil, em junho de 2023, o salário-mínimo necessário para a reprodução do trabalhador em condições normais é de R\$ 6.578,41, o que equivale aproximadamente cerca de cinco vezes o salário-mínimo oficial para o ano, no valor de R\$ 1.320,00 (DIEESE, 2023). Assim, reforçamos o entendimento de que encontramos na remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor a exploração quando ela se manifesta de maneira superexplorada. Pois, além das duas formas anteriores de superexploração serem reduzidas na remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor, temos, ainda, a apropriação direta do fundo de consumo do trabalhador em fundo de consumo de acumulação do capital, quando, diretamente do processo de compra e venda da força de trabalho – ou seja, no

mercado –, o salário é a expressão de um valor menor que o valor da força de trabalho [MARINI, 1973(2011)].

Nesses termos, são retiradas do trabalhador diretamente as possibilidades de recuperação do desgaste sofrido pelo trabalho superexplorado, afetando suas potencialidades físicas e mentais diariamente, o que também se traduz em redução de sua vida útil. Pois:

[...] são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo estritamente indispensável para conservar a sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (...) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração da força de trabalho (MARINI, 2011, p. 150)

O que queremos evidenciar com os argumentos até aqui expostos é a importância de considerar que a reprodução da força de trabalho no capitalismo dependente está sujeita a não receber uma remuneração correspondente ao seu valor, provocando o roubo sistemático das condições de vida do trabalhador, ou ainda, oferecendo perigo de vida e/ou agravos à sua saúde. Portanto, se a exploração é entendida de modo que a remuneração que o trabalhador recebe é capaz de assegurar a reprodução normal da força de trabalho, a superexploração se aplica justamente a situações em que o valor da força de trabalho situa-se, em média, abaixo do seu valor, resultando, como o próprio Marx (2013) já havia advertido, numa reprodução atrofiada da força de trabalho.

Assim, a conformação concreta do processo de trabalho é um dos elementos-chave para a compreensão dos determinantes da saúde do trabalhador². No que diz respeito ao capitalismo dependente, entendemos que a relação estabelecida na divisão internacional do trabalho entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos assegura um papel central para a categoria da superexploração, pois ela se torna aqui um dos principais eixos para a análise da reprodução do capital nas economias dependentes e dos processos sociais que dessa reprodução decorrem, pois:

[...] se ignorássemos o movimento entre singular, particular e universal, correríamos o risco de engessar realidades particulares nos moldes de um movimento de produção e reprodução do capital peculiar aos países pioneiros. Deixaríamos escapar problemas de saúde (e suas respostas) que lá não existem (porque refletem peculiaridades econômicas, políticas etc. também ali inexistentes) ou, o que seria ainda pior, cairíamos num particularismo que conferiria, cada vez mais, autonomia aos processos e fenômenos que se distinguem das experiências clássicas, e que só são acessíveis, radicalmente, quando considerados em suas relações com a totalidade do sistema do capital (SOUZA; ARAUJO, 2020, p. 649).

² Cabe destacar que desde Marx (2013, p. 732), com a elaboração da lei geral da acumulação capitalista, são demonstrados o “nexo interno entre o tormento da fome que atinge as camadas operárias mais laboriosas e o consumo perdulário, grosseiro ou refinado dos ricos, baseado na acumulação capitalista”. Ao tratar do curso da indústria inglesa sem os limites legais à exploração, Marx (2013, p. 735) verifica os abusos desmedidos aos quais os trabalhadores foram submetidos, tanto em processos em que se prolongavam a jornada de trabalho, quanto em processos extenuantes de intensificação do ritmo de trabalho, verificando que quanto mais rapidamente se acumula o capital numa cidade industrial ou comercial, “tanto mais rápido é o afluxo do material humano explorável e tanto mais miseráveis são as condições de vida e saúde da classe trabalhadora”.

No entanto, é mister ressaltar que, para além de uma remuneração adequada para a reprodução da força de trabalho em condições normais, devem ser considerados também um conjunto de condições indispensáveis à reprodução do trabalhador em condições normais, como, por exemplo, tempo de descanso suficiente para repor suas energias físicas e mentais, alimentação e moradia adequadas e etc., pois, como já evidenciado anteriormente, “um salário insuficiente ou um processo de trabalho com [sobre]desgaste (...) que encurtem o tempo de vida útil e de vida total, constituem casos em que o capital está se apropriando hoje dos anos futuros de trabalho e de vida” (OSORIO, 2012a, p. 51). Isso posto, apresentamos alguns estudos dedicados a entender esse fenômeno na realidade brasileira, a partir das contribuições da teoria marxista da dependência, com ênfase para a relação entre superexploração e saúde. Ganha relevo, no conjunto desses estudos, o peso que a questão agrária ainda possui na configuração da superexploração da força de trabalho brasileira, direcionada à transferência de valor para os países centrais do capitalismo, mediante a agroexportação.

Em, Mais rápido, mais alto e mais forte: a superexploração e a saúde dos ‘atletas olímpicos’ dos canaviais alagoanos, da expressão em latim “Citius, Altius, Fortius”, lema oficial dos Jogos Olímpicos³, faz referência à forma como acontece a superexploração dos cortadores de cana-de-açúcar dos canaviais alagoanos, “que precisam de uma atuação cada vez mais rápida, acumular montes de cana cada vez mais altos e desferir golpes de facão cada vez mais fortes, para garantir a mais-valia dos usineiros de Alagoas”. Yabe (2013) demonstra o quanto os trabalhadores canavieiros, que são expostos a intensas e extensas jornadas de trabalho e à expropriação desmedida de parte do trabalho necessário, sofrem com uma exploração “excessiva”, que só poderia resultar em severos danos à saúde e marcas “indelévels” à sua corporeidade física e psíquica (YABE, 2013, p. 7).

Em Os saltos do “canguru” nos canaviais alagoanos. Um estudo sobre trabalho e saúde, Verçoza (2016) ratifica o esforço físico que esse trabalho exige, além de todo sofrimento físico, moral e psíquico. O autor destaca ainda para os fenômenos ocasionados pelo “canguru”, caracterizado por uma série de sintomas físicos, e que tem sua expressão maior na perda de importes líquidos e eletrólitos no equilíbrio fisiológico do corpo humano. Tal fenômeno, quando prolongado ou quando acontece repetidamente, acarreta severas câibras, de altíssima intensidade, ocasionando na total perda de controle sobre o corpo e, não raras as vezes, em morte.

Também são constatadas outras recorrências e agravos na saúde dos trabalhadores canavieiros nessa pesquisa. Verçoza (2016, p. 141) afirma que para além dos “cangurus”, “existe o contato diário com a fuligem da cana queimada”. Através de estudos, o autor demonstra que essa exposição pode acarretar doenças graves, dado que “micropartículas (PM10) de poluentes atingem as porções mais profundas do sistema respiratório, alcançam o interstício pulmonar e são responsáveis pelo desencadeamento de doenças graves”. Os cortadores de cana também “apresentavam substâncias que indicavam a presença de HPAs

³ A analogia utilizada por Yabe (2013) para demarcar o desgaste físico e mental desmedido dos trabalhadores canavieiros no cumprimento de suas funções laborais, se fundamenta na pesquisa realizada por Laat (2008), onde se constata que “Os esforços diários realizados por estes trabalhadores rurais equivalem a 3.792 golpes de facão e 3.994 flexões de coluna; a frequência cardíaca da maioria deles chega a picos de mais de 180 batimentos cardíacos, o que ultrapassa o limite cardiorrespiratório tolerável à saúde; a distância percorrida por eles é o mesmo que participar de uma maratona todos os dias (LAAT, 2008, p. 1 apud YABE, 2013, p. 14).

genotóxicos e mutagênicos que podiam ser identificadas na urina”. Além disso, o frequente “contato com a fuligem da cana resulta redução da função pulmonar e redução da variabilidade da frequência cardíaca”, constatando que “as condições de trabalho expõem os cortadores de cana a poluentes que levam ao risco potencial de adoecimento, principalmente por problemas respiratórios e câncer de pulmão” (VERÇOZA, 2016, p. 141).

Nos casos demonstrados, os trabalhadores foram subjugados à superexploração da força de trabalho, pois, além da extensa e intensiva jornada de trabalho e o desgaste prematuro da força de trabalho, o trabalhador canavieiro apresenta problemas e agravos em suas condições de saúde. Sem mencionar a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor. Somado a isso, esses trabalhadores, mesmo que ainda sejam muito jovens, são, regularmente, impedidos de voltar ao trabalho em decorrência de tais fatos.

Assim como toda crítica à ordem burguesa é indispensável à subversão do modo de produção capitalista, tentamos mostrar aqui, mesmo que preliminarmente, que é própria da dinâmica de produção e acumulação do capital, o insolente “roubo” à saúde daqueles que produzem a riqueza social. Vale lembrar que desde Marx (2013), n’O capital, “ganha consistência o fundamento teórico que correlaciona, de modo substancial, os mecanismos de exploração à saúde dos trabalhadores” (ARAUJO; SOUZA, 2020, p. 220).

Dessa forma, a especial atenção dada à particularidade da saúde dos trabalhadores latino-americanos – que além de serem submetidos à exploração capitalista nas determinações mais gerais da lei do valor, encontram-se, pela superexploração da força de trabalho, submetidos às determinações específicas desta –, nos confirma a estreita relação anteriormente já apontada pelas vertentes mais críticas das ciências sociais latino-americanas, de que a saúde é um processo social objetivamente determinado pelas relações sociais e de produção estabelecidas, e essa relação influencia diretamente em mais ou menos saúde, bem como nas condições de vida e reprodução dos trabalhadores.

Considerações Finais

No percurso de investigar as implicações das condições de saúde dos trabalhadores na particularidade do capitalismo brasileiro latino-americano dependente e periférico, evidenciamos, sobretudo, o estreito imbricamento que as relações sociais e de produção ocupam nesse processo. A categoria da superexploração da força de trabalho, pela centralidade que assume na Teoria Marxista da Dependência, nos permite revelar que os trabalhadores que estão submetidos a essa condição, se deparam com doenças e agravos à saúde característicos da particular reprodução do capital nas economias dependentes.

Somado a isso, a apropriação de parte do fundo de consumo do trabalhador para o fundo de acumulação do capital impossibilita o trabalhador de consumir o estritamente necessário para a sua reprodução em condições normais, resultando num desgaste prematuro da força de trabalho. Ademais, a superexploração da força de trabalho como expressão real da forma como o modo de produção capitalista se desenvolve, revela, portanto, seus exacerbados rebatimentos na saúde e condição de vida da classe trabalhadora. Isso se verifica na realidade concreta, quando tais características repercutem de maneira decisiva nas condições de vida e saúde do trabalhador a ela subjugado. Denunciar que a reprodução da força de trabalho nas economias dependentes se dá de maneira superexplorada, não significa dizer que o objetivo é alcançar uma exploração “normal”. Pelo contrário, é, antes de tudo,

esclarecer que a superexploração como fundamento do capitalismo dependente só pode resultar numa maior dependência, e sua superação apenas pode se dar pela superação das relações de produção nela envolvidas.

Referências

ARAUJO, Ana; SOUZA, Diego. Superexploração da força de trabalho e saúde: uma aproximação ao debate. *In*: NASCIMENTO, Adriano; NUNES, Elaine. FIDELIS, Thays. (orgs). **Economia, Política e Dependência**: contribuições para análise do Estado e da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. Maceió: Edufal, 2020.

BERLINGUER, Giovanni. **A saúde nas fábricas**. São Paulo: Cebes-Hucitec, 1983.

COLISTETE, Renato Perim. **O desenvolvimento cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil**. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 41, p. 21-33, jan./abr. 2001.

DIEESE. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos – salário mínimo nominal e necessário**. Dieese, 2023. Disponível em:

www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#2022. Acesso em: 11 fev. 2023.

DOS SANTOS, Theotonio. La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina. In: **La dependencia político-económica de América Latina** / Helio Jaguaribe [et al.]. 1a ed – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias – uma visão histórica**. – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MACCACARO, Giulio. Clase y salud. *In*: Basaglia, F; Giovannini, E; Miniati, S.; Pintor, L.; Pirella, A. et al. **La salud de los trabajadores**: aportes para una política de salud. México:

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. *In*: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. – 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; Luce, M. (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012a. cap. 2, p. 37-86.

OSORIO, Jaime. Sobre dialéctica, superexploración y dependencia. Notas acerca de Dialéctica de la Dependencia. In: **Argumentos**, vol. 26, n. 72, May./Jul., 2013, p. 57-73.

SOUZA, Diego de Oliveira. **A questão da saúde dos trabalhadores na perspectiva histórico-ontológica**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Alagoas. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Maceió, 2012.

SOUZA, Diego de Oliveira. **A Saúde na perspectiva da “Ontologia do Ser Social”**. Trab. Educ. Saúde. Rio de Janeiro: v.14 n.2, p. 337-354, mai./ago 2016.

SOUZA, Diego de Oliveira; Araujo, Ana. Superexploração e saúde: a reprodução da força de trabalho nas economias dependentes. In: **Revista Katálisis**, v. 23, n. 3, 2020.

TRASPADINI, Roberta; Stedile, João Pedro (Orgs.). Introdução. In: Traspadini, Roberta; Stedile, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** – 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de. **Os saltos do “canguru” nos canaviais alagoanos. Um estudo sobre trabalho e saúde.** Tese de doutorado. Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas. São Carlos, 2016.

YABE, Márcio. **Mais rápido, mais alto e mais forte:** a superexploração e a saúde dos ‘atletas olímpicos’ dos canaviais alagoanos. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Ciências Sociais. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2013.